

O IDEB E SUAS METAS PARA OS ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL DE UM MUNICÍPIO DE MINAS GERAIS

Atair Silva de Sousa¹

*Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais – Anísio Teixeira – Inep,
Brasília/DF, Brasil (ssatair36@gmail.com)²*

Resumo: O objetivo deste estudo consiste em investigar os valores do Ideb obtidos pelo município de Ibité/MG ao longo do 1º ciclo (2007-2021) comparando-os com as Metas embelecidas para os anos finais do ensino fundamental desse município nesse 1º ciclo. Opta-se por uma metodologia mista, qualitativa e quantitativa. As conclusões preliminares dão conta de que o município não se distanciou das Metas estabelecidas.

Palavras-chave: Educação Básica; Ideb; Indicadores Educaionais; Notas do Saeb; Taxa de Aprovação.

INTRODUÇÃO

A reforma administrativa implementada no Brasil em 1995, por meio do Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado (Brasil, 1995), conduziu uma nova roupagem para os processos educacionais no país. Uma delas foi embelecer a tutela do ensino fundamental aos municípios. A responsabilização por esse nível de ensino obrigou os municípios a uma série de inovações. No combo das responsabilizações, não se incorporou a autonomia financeira administrativa aos municípios, e isso os submetem a ingerências dos recursos que a eles são confiados (Brasil, 1995).

A lei de Diretrizes e Bases da Educação, Lei nº 9.394, de 20 dezembro de 1996 (LDB/96) e leis complementares (Brasil, 1996), em seu Capítulo I, Art. 21, estabelece a composição dos níveis escolares e define a educação como sendo formada pela educação infantil, ensino fundamental e ensino médio. Na seção II, desta Lei, em seu Art. 30, é estabelecido que a educação infantil deve ser oferecida em: creches, ou entidades equivalentes, para crianças de até três anos de idade; pré-escolas, para as crianças de quatro a cinco anos de idade (Brasil, 1996).

O ensino fundamental é tratado na seção III, Art. 32, e estabelece a sua obrigatoriedade, com duração de nove anos, gratuito na escola pública, iniciando-se aos seis anos de idade, tendo como objetivo a formação básica do cidadão. Considera-se os anos iniciais, os cinco primeiros anos, ou seja, do primeiro ao quinto ano; os anos finais, sendo do sexto ao nono ano (Brasil, 1996). Por fim, o ensino médio, que é estabelecido na seção IV, Art. 35, que traz a redação: etapa final da educação básica, com duração mínima de três anos (Brasil, 1996). Como essa última etapa, ensino médio, é, preferencialmente, ofertada pela rede estadual de

ensino, ela não faz parte da análise deste estudo, além dos anos iniciais do ensino fundamental. Este estudo abrange apenas os anos finais do ensino fundamental do município de Ibité/MG.

A avaliação da educação básica brasileira está inserida no âmbito do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb), realizado periodicamente pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa Educacionais (Inep) desde os anos 1990. Esse sistema de avaliação não foi criado por uma lei específica, mas sim fundamentado pelo mandato legal da LDB/96 e regulamentado como política nacional por decretos e portarias, como, por exemplo: Decreto nº 6.094, de 24 de abril de 2007 (Brasil, 2007), que institui o Ideb; Portaria nº 931, de 21 de março de 2005 (MEC, 2005), que reestruturou o Saeb; a Portaria nº 264, de 13 de maio de 2025 (MEC, 2025^a), que institui as Comissões de Assessoramento Técnico-Pedagógico do Saeb e das avaliações internacionais, no âmbito da Diretoria de Avaliação da Educação Básica (Daeb) do Inep, e a Portaria nº 435, de 3 de julho de 2025 que estabeleceu as diretrizes de realização do Saeb no ano de 2025 (MEC, 2025b).

Para auxiliar na avaliação da qualidade da educação básica, foi instituído, em 2007, o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) que reúne, em um só indicador, os resultados de dois conceitos igualmente importantes para a qualidade da educação: o fluxo escolar e as médias de desempenho nas avaliações. Neste estudo, o primeiro conceito consiste da Taxa de Aprovação, mensurada pelo Indicador de Rendimento (P); o segundo conceito consiste da Nota Saeb, mensurada pela Nota Média Padronizada (N). Portanto, o valor do Ideb é calculado a partir do produto desses dois conceitos, isto é, o valor obtido para o Ideb é o produto entre o Indicador de

¹ Doutorado em Educação (Estado, Sociedade e Educação) pela Universidade de São Paulo (USP).

² Pesquisador em Informações e Avaliações Educacionais no Inep - <http://lattes.cnpq.br/2459273724635926> - <https://orcid.org/0000-0002-1355-8797> - ssatair36@gmail.com



Rendimento (P) e a Nota Média Padronizada (N): $Ideb = N \times P$. Essa relação entre esses dois conceitos é melhor explicada na seção de análises e discussões dos resultados

Levando-se em conta a relação entre esses dois conceitos e a qualidade da educação ofertada no ensino fundamental, surge o questionamento que serve de guia para este estudo: como se comportou o município de Ibitiré diante dos desafios estabelecidos pelas Metas ao longo do 1º ciclo do Ideb? Nesse contexto, o objetivo deste estudo consiste em investigar os valores do Ideb obtidos pelo município de Ibitiré/MG ao longo do 1º ciclo (2007-2021) comparando-os com as Metas embelecidas para os anos finais do ensino fundamental desse município nesse 1º ciclo.

A escolha deste município está no fato de sua posição geográfica em relação à região metropolitana da capital do estado de Minas Gerais. Além desse fato, o município abriga uma escola referência na educação básica, denominada, atualmente, como Fundação Helena Antipoff. Ademais, nesse município, há escolas públicas municipais, estaduais e federal.

Este estudo está organizado em cinco seções. Após esta introdução, é apresentada a seção material e métodos. Nela, os procedimentos metodológicos são descritos a partir dos dados utilizados, o tratamento das variáveis e a estatística empregada. É apresentada na revisão da literatura o Ideb e suas Metas para o 1º ciclo (2007 a 2021), que orientou a definição dos indicadores educacionais. Na seção seguinte, são apresentadas as análises e discussões dos resultados. Na última seção, isto é, nas considerações finais, são discutidas as contribuições, limitações e sugestões de estudos futuros. Por fim, são mencionadas as referências utilizadas para este estudo.

MATERIAL E MÉTODOS

Para este estudo, utiliza-se uma metodologia de natureza exploratória e estudo longitudinal, com uma abordagem mista que abrange a análise qualitativa e quantitativa. A pesquisa qualitativa é uma abordagem sistemática e subjetiva que explica as experiências da vida cotidiana ao dar sentido a elas (Khan, 2014). Esse tipo de pesquisa permite que os pesquisadores explorem comportamentos em profundidade, de diferentes perspectivas, experiências de vida para estudar as complexidades da situação por meio de uma estrutura definida desse método qualitativo (Khan, 2014).

A metodologia quantitativa examina construções de associação entre variáveis que podem ser generalizadas para um grupo populacional por meio de inferências estatísticas. Nessa metodologia, os dados e as informações tendem a ser em formatos objetivos e podem ser coletados de várias maneiras e assumir

valores em aspectos quantitativos e qualitativos (Galvão; Pluye; Ricarte, 2018).

A metodologia mista é uma combinação de metodologia quantitativa e técnicas de metodologia qualitativa, que aborda teorias e linguagem em uma única pesquisa. Nesses casos, as descobertas qualitativas precisam ser complementadas por resultados quantitativos. Portanto, essas metodologias são complementares entre si (Jamshed, 2014).

Utilizam-se documentos de órgãos governamentais de forma predominante, embora o acervo bibliográfico inclua artigos, dissertações, teses e documentos de instituições oficiais, como do Inep e do MEC, conforme assinalados nas referências. Esses documentos são consultados e interpretados para identificar resultados relevantes relacionados a Indicadores Educacionais, educação básica e Saeb.

Com o propósito de identificar resultados de leituras relevantes, utiliza-se uma combinação de estratégias de pesquisa, incluindo a exploração de bases de obras relevantes, verificação de listas de referência, pesquisa de citações e outras fontes. São consultados bancos de dados como: SciELO, portal de periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), Elsevier, Science Direct e Education Resources Information Center (Eric).

A pesquisa bibliográfica documental foi realizada entre janeiro de 2026 e junho de 2026, compreendendo artigos escritos entre 2016 e 2026, sendo admitidas algumas publicações, relacionadas ao tema, que estivessem fora desse período. Foram analisados documentos oficiais governamentais disponíveis em portais, como: do Inep.gov.br, do planalto.gov e do mec.gov, que tratam de Leis, Decretos, Resoluções, Normas e Diretrizes, Programas Institucionais e demais atos normativos.

Por fim, realizam-se buscas na base de dados do Inep, acrescidas de dados solicitados via portal de acesso à informação do governo federal, cujo protocolo de solicitação é: 23546064788202668. Contudo, devido à solicitação tratar-se de dados públicos, a resposta ao protocolo foi por meio do envio do link: Inep (2025).

REVISÃO DE LITERATURA

A Nota Saeb, mensurada pela Nota Média Padronizada (N), está posicionada na avaliação de desempenho dos(as) estudantes que realizam a prova de Língua Portuguesa e de Matemática. Entende-se que “[...] as avaliações em larga escala implementadas pelo Saeb preservam notável estabilidade na formação de seu principal componente: as provas padronizadas consideradas nos cálculos do Ideb [...]” (Búrigo, 2025, p. 2).

Os testes de Língua Portuguesa e de Matemática, são aplicados a estudantes do final de cada ciclo da



educação básica desde 2001, com a finalidade da aferição de aprendizagens nessas duas áreas de conhecimento (Búrigo, 2025). De acordo com essa autora, a qualidade da educação ofertada no Brasil, nesse nível de ensino, foi caracterizada pela predominância da finalidade de diagnóstico dessa qualidade, já que a institucionalização do Saeb, a partir dos anos 1990, gerou uma primeira geração de avaliações em larga escala (Búrigo, 2025).

Em 2005 o Saeb foi reestruturado por meio da Portaria nº 931, de 21 de março de 2005 (MEC, 2005). O sistema passou a ser composto por duas avaliações: uma de forma amostral e a outra de forma censitária. Esta última, a censitária, nas escolas que atendessem aos critérios de no mínimo 30 estudantes matriculados na última etapa dos anos iniciais ou dos anos finais do ensino fundamental de escolas públicas, permitindo gerar resultados por escola (Inep, 2023a).

A partir do formato estabelecido nesse ano de 2005, foi possível combinar as médias de desempenho dos(as) estudantes, apuradas no Saeb, com as taxas de aprovação, reprovação e abandono, apuradas no Censo Escolar, e calcular o Ideb. Nesse caso, o Ideb também foi calculado retroativamente com os dados desse ano de 2005 (Inep, 2023a).

No ano de 2013, além das áreas de conhecimento de Língua Portuguesa e Matemática, foram aplicadas para os anos finais, de forma amostral e sem divulgação de resultados, as áreas de conhecimento, Ciências Humanas e Ciências da Natureza (Inep, 2023a). A partir de 2019, estas duas áreas de conhecimento passaram a ser aplicadas de forma amostral para os anos finais do ensino fundamental.

Ainda que ocorrera, alternâncias de governos e, consequentemente, no Ministério da Educação (MEC), com diferentes orientações para as políticas públicas educacionais, foram produzidas as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN). Além disso, foram aprovados Planos Nacionais de Educação (PNE) e, a partir do PNE 2014-2024, foi estabelecida a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), em 2017, documento referência para as escolas e redes de ensino desde o início do ano letivo de 2020. Ainda assim, de 2001 a 2023, é lúcido considerar que as provas, em especial, a de Língua Portuguesa e a de Matemática, mantiveram estabilidade nesse período (Búrigo, 2025).

De acordo com o relatório de resultados do Saeb 2021 publicizado pelo Inep (2024), define-se a escala de proficiência como sendo o conjunto de números ordenados obtido pela Teoria de Resposta ao Item (TRI) que representam

[...] a medida da proficiência em uma determinada área de conhecimento. No Saeb, há uma escala de proficiência única para o 5º e 9º anos do ensino fundamental e

3ª e 4ª séries do ensino médio, Língua Portuguesa e Matemática, comum a todas as edições da avaliação (ex.: a escala de proficiência em Língua Portuguesa da edição de 2021 é a mesma das edições anteriores e agrega as proficiências dos estudantes que participaram dos testes do 5º ano do ensino fundamental, do 9º ano do ensino fundamental e da 3ª e 4ª séries do ensino médio). Cada escala varia de 0 a 500 pontos, com média de 250 e desvio padrão de 50 (Inep, 2024, p. 21).

Ainda de acordo com esse relatório disponibilizado pelo Inep (2024),

A escala de proficiência dessas provas é composta por níveis progressivos e cumulativos. Isso significa que a escala está organizada em níveis que vão da menor para a maior proficiência, e que cada nível de desempenho acumula também os saberes e habilidades dos níveis anteriores. Assim, quando um quantitativo (%) de alunos foi posicionado em determinado nível da escala, pressupõe-se que estes alunos, além de terem desenvolvido as habilidades descritas neste nível, provavelmente também tenham desenvolvido as habilidades dos níveis anteriores (Inep, 2024, p. 124).

Portanto, em síntese, levando em consideração os apontamentos desse relatório; o cruzamento de dados do Censo Escolar e informações coletadas a partir de testes cognitivos aplicados aos(as) estudantes e; questionários aplicados a estudantes, professores, diretores, desde 2019, a dirigentes municipais; que se chega a uma combinação de variáveis para determinar a Nota Média Padronizada (N) e o Indicador de Rendimento (P). Por fim, com esses dois valores, calcula-se o valor do Ideb.

Conforme já assinalado, o fluxo escolar é uma das variáveis que incide diretamente no cálculo do Ideb. No entanto, para alcançar melhores resultados no Ideb, deve-se haver concomitância de sucesso na taxa de aprovação e na proficiência das avaliações de Língua Portuguesa e Matemática. Esse fluxo escolar demonstra que “os Índices de aprovação permitem levar em conta o número de anos que, em média, os alunos levam para completar uma série” (Bonamino; Sousa, 2012, p. 379).

Nas últimas duas décadas foram marcantes “[...] os movimentos de incorporação de Indicadores Educacionais de avaliação de contexto da educação básica que se fazem presentes desde 2014 [...]” (Vitelli; Fritsch; Corsetti, 2018, p. 3). De acordo com esses autores, a partir de 2015 foi disponibilizado um conjunto de informações que podem ser definidas em várias frentes,

[...] de trajetória (matrículas, média de estudantes por turma, estudantes incluídos,



matrículas em tempo integral, taxa de aprovação, taxa de reprovação, taxa de abandono e taxa de distorção idade-série), de aprendizagem (participação de estudantes e escolas nas avaliações e resultados) e de contexto (Indicador de nível socioeconômico, Indicador de complexidade da gestão escolar, Indicador de esforço docente, Indicador de adequação da formação docente, Indicador de regularidade docente e Indicador de desenvolvimento da educação básica (Vitelli; Fritsch; Corsetti, 2018, p. 3).

Essas informações são variáveis que contribuem na definição de valores que são calculados para se obter o valor o Ideb. Além disso, são informações importantes para as definições das Metas a serem estabelecidas pelas redes de ensino, como as municipais, por exemplo. Essas Metas são os referências para efeitos de comparações com os valores obtidos do Ideb pelas redes de ensino.

O Ideb foi desenvolvido como uma iniciativa para mensurar o desempenho do sistema educacional brasileiro com base na combinação entre a proficiência obtida pelos(as) estudantes em avaliações externas de larga escala, do Saeb e a Taxa de Aprovação (Inep, 2021). Essa taxa é um Indicador que tem influência na eficiência do fluxo escolar, isto é, na progressão dos(as) estudantes entre etapas/anos na educação básica. Essas duas dimensões, auxiliam na prevenção de problemas estruturais da educação básica brasileira, e precisam ser aprimoradas para que se alcance níveis educacionais compatíveis com o potencial de desenvolvimento (Inep, 2021).

A equação matemática utilizada para o cálculo do Indicador leva em conta a taxa entre as duas dimensões, para alcançar o sucesso no Ideb. As redes de ensino e as escolas precisam considerá-las simultaneamente, tendo em vista que, pela própria natureza do Ideb, o sucesso se torna dificultado se considerada apenas a melhoria de uma dimensão em detrimento da outra (Inep, 2021). O cálculo do valor do Ideb obedece a uma equação em que as notas das provas de Língua Portuguesa e Matemática são padronizadas em uma escala de zero a dez, depois, a média dessas duas notas é multiplicada pela média harmônica das Taxas de Aprovação das séries das etapas, anos iniciais e anos finais, no caso do ensino fundamental que, em percentual, varia de zero a 100 (Inep, 2021).

O Ideb agrega ao enfoque pedagógico das avaliações em larga escala a possibilidade de resultados sintéticos, facilmente assimiláveis, e que permitem traçar Metas de qualidade educacional para os sistemas. O Índice varia de 0 a 10 (Inep, 2021). A combinação entre fluxo e aprendizagem tem o mérito de equilibrar as duas dimensões: se um sistema de ensino reter seus alunos para obter resultados de

melhor qualidade no Saeb, o fator fluxo será alterado, indicando a necessidade de melhoria do sistema. Se, ao contrário, o sistema apressar a aprovação do(a) estudante sem qualidade, o resultado das avaliações indicará igualmente a necessidade de melhoria do sistema (Inep, 2021).

O Decreto nº 6.094, de 24 de abril de 2007 (Brasil, 2007), em seu art. 1º, estabeleceu o Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação que foi a conjugação dos esforços da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, atuando em regime de colaboração, das famílias e da comunidade, em proveito da melhoria da qualidade da educação básica (Brasil, 2007). No primeiro ciclo do Ideb as Metas compactuadas no compromisso Todos pela Educação (Brasil, 2007) foram definidas para cada ente federal de 2007 a 2021.

Com o fim do primeiro ciclo do Ideb, o Inep criou, por meio das Portaria nº 26, de 29 de janeiro de 2024 e Portaria nº 231, de 17 de junho de 2024, um grupo técnico para elaborar estudo e subsidiar a atualização do Ideb e avaliação de novas Metas (MEC, 2024). As medidas foram estabelecidas pela metodologia utilizadas de acordo com a Nota Técnica publicada pelo Inep (Inep, 2023).

O Ideb é importante condutor de política pública em prol da qualidade da educação. É a ferramenta para acompanhamento das Metas de qualidade para a educação básica, que tinha estabelecido, como Meta para 2022, alcançar a média seis, valor que corresponderia a um sistema educacional de qualidade comparável ao dos países desenvolvidos (Inep, 2023).

As Metas foram fixadas no Termo de Adesão ao Compromisso Todos pela Educação, eixo do Plano de Desenvolvimento da Educação, do MEC, que trata da educação básica. Nesse sentido, o Ideb é o Indicador objetivo para a verificação do cumprimento (Inep, 2026a), pois considera-se que,

Nesse âmbito que se enquadra a ideia das Metas intermediárias para o Ideb. A lógica é a de que para que o Brasil chegue à média 6,0 em 2021, período estipulado tendo como base a simbologia do bicentenário da Independência em 2022, cada sistema deve evoluir segundo pontos de partida distintos, e com esforço maior daqueles que partem em pior situação, com um objetivo implícito de redução da desigualdade educacional (Inep, 2026a, p. 2).

Na expectativa de colaborar para o alcance das Metas, assinala-se que “a avaliação de estudantes pode induzir à melhoria de qualidade do ensino e de Índices educacionais, como fluxo, evasão e repetência” (Bauer et al., 2017, p. 7). De acordo com esses autores, o MEC disponibilizou aos estados e municípios, instrumentos de avaliação e implementação de políticas de melhoria da qualidade da educação básica,



por meio do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), apresentado em 2007 (Bauer et al., 2017).

Essa disponibilização foi possível em função do programa estratégico de Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação. Assim, “com base no Plano de Metas, os estados e municípios passaram à elaboração de seus respectivos Planos de Ações Articulação” (Bauer et al., 2017, p. 7). Por meio desse Planos, foi possível estabelecer o diagnóstico da educação local e a elaboração do planejamento para o período que se seguia, isto é, 2011 a 2014, com base no Ideb anteriores: 2005, 2007 e 2009 (Bauer et al., 2017).

De acordo com Inep (2020), o Ideb foi criado como condutor de política pública pela melhoria da qualidade da educação, tanto no âmbito nacional, quanto em esferas mais específicas, isto é, estaduais, municipais e escolares. Isso de forma que assegurasse a composição desse Índice e possibilitasse a projeção de Metas individuais intermediárias rumo ao incremento da qualidade do ensino (Inep, 2020).

Como já dito, em parágrafos anteriores, a série histórica de resultados do Ideb se inicia em 2005, a partir de quando foram estabelecidas Metas bienais de qualidade a serem atingidas não apenas pelo País, mas também por escolas, municípios e unidades da federação (Inep, 2020). A lógica estabelecida naquele momento era a de que, cada instância evoluísse de forma a contribuir, em conjunto, para que o sistema do ensino fundamental brasileiro atingisse o mesmo patamar educacional da média dos países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) (Inep, 2020). Em termos quantitativos, isso significaria progredir da média nacional 3,8, registrada em 2005 na primeira fase do ensino fundamental, para um Ideb igual a 6,0 em 2022 (Inep, 2020).

Ademais,

As Metas são diferenciadas para todos, cada unidade, rede e escola, e são apresentadas bianualmente de 2007 a 2021, de modo que os estados, municípios e escolas deverão melhorar seus índices e contribuir, em conjunto, para que o Brasil chegue à meta 6,0 em 2022, ano do bicentenário da Independência. Mesmo quem já tem um bom índice deve continuar a evoluir. No caso das redes e escolas com maior dificuldade, as Metas preveem um esforço mais concentrado, para que elas melhorem mais rapidamente, diminuindo assim a desigualdade entre esferas, com apoio específico previsto pelo Ministério da Educação para reduzir essa desigualdade. Foi o Inep quem estabeleceu

parâmetros técnicos de comparação entre a qualidade dos sistemas de ensino do Brasil com os de países da OCDE. Ou seja, a referência à OCDE é parâmetro técnico em busca da qualidade, e não um critério externo às políticas públicas educacionais desenvolvidas pelo MEC, no âmbito da realidade brasileira (Inep, 2020, n.p).

As Metas intermediárias para o Ideb em todas as esferas foram calculadas no âmbito do programa de Metas fixadas pelo Compromisso Todos pela Educação, eixo do PDE, gerenciado pelo MEC, que trata da educação básica, em especial, do ensino fundamental. Nesse sentido, os sistemas de ensino devem evoluir segundo pontos de origens distintos, e com esforço maior daqueles que partem em pior situação, com um objetivo de redução da desigualdade educacional (Inep, 2020). Com isso,

A definição de um valor do Ideb nacional igual a 6,0 teve como referência a qualidade dos sistemas em países da OCDE. Essa comparação internacional só foi possível graças a uma técnica de compatibilização entre a distribuição das proficiências observadas no Programa Internacional de Avaliação de Estudos e no Saeb (Inep, 2020, n.p).

Desse modo, constitui-se a Meta nacional para todo o cálculo das trajetórias intermediárias individuais do Ideb para o país, estados, municípios e escolas, a partir do compartilhamento do esforço necessário em cada esfera para que o Brasil atinja a média almejada no período definido (Inep, 2020).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Com a finalidade de projetar as trajetórias esperadas para o valor do Ideb, ao longo do 1º ciclo, tanto para o Brasil como para as demais redes de ensino, foram feitas algumas premissas e seguidos passos metodológicos (Inep, 2026b). A matematização estatística para determinar valores que envolvem o cálculo do Ideb foge aos propósitos deste estudo. Ainda assim, julga-se pertinente apresentar caminhos como, gráficos e equações resumidas, para o entendimento da obtenção de tais valores. Além disso, extraordinariamente, disponibiliza-se fontes e/ou links para eventuais informações adicionais.³

O valor Ideb pertence ao intervalo: $0 \leq \text{Idéb} \leq 10$ e,

Por combinar dados de aprovação e desempenho em exames padronizados, espera-se que, as taxas de aprovação atinjam seu valor máximo de 100% e que as notas nos exames sejam cada vez mais elevadas; entretanto é razoável admitir que quanto

³https://download.inep.gov.br/educacao_basica/portal_ideb/o_que_sao_as_metas/Artigo_projeco.es.pdf;
https://download.inep.gov.br/educacao_basica/portal_ideb/o_que_e_o_ideb/Nota_Tecnica_n1_concepcaoIDEB.pdf.

[e_o_ideb/Nota_Tecnica_n1_concepcaoIDEB.pdf](https://download.inep.gov.br/educacao_basica/portal_ideb/o_que_e_o_ideb/Nota_Tecnica_n1_concepcaoIDEB.pdf);
https://download.inep.gov.br/educacao_basica/portal_ideb/o_que_e_o_ideb/Nota_Tecnica_n1_concepcaoIDEB.pdf.

maior o nível das notas, menor e mais difícil é o seu crescimento (Inep, 2026b, p. 2).

Além disso, é necessário “dispor de três das quatro informações necessárias para o cálculo da trajetória do Índice, ou seja: do valor do Ideb inicial e último observado; do valor da Meta para o Ideb; do tempo para atingir a Meta; ‘esforço’ ou velocidade empregada (Inep, 2026b, p. 2). Com isso, a partir dessas informações e utilizando-se a Equação 1, é possível projetar, ano a ano, as Metas intermediárias para o Ideb. Na Equação 1 está apresentado o formato que é utilizado para determinar os valores do Ideb.

Equação 1: Equação para se obter o valor das Metas intermediárias para o Ideb

$$Ideb_{it} = \frac{1}{1 + e^{-\left(\ln\left(\frac{Ideb_{i0}}{10 - Ideb_{i0}}\right) + \gamma_i t\right)}}$$

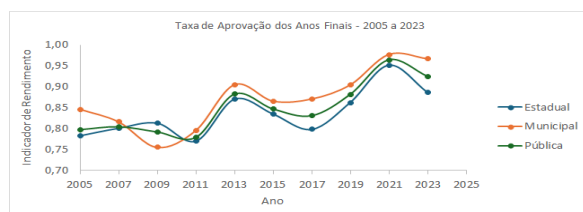
Fonte: Inep (2026b, p. 3).

Nesta equação, temos que o tempo (t) é medido em anos, e quando os seus valores forem iguais a:

0, ..., 16, se refere a Metas da 1ª fase do ensino fundamental; 0, ..., 20, se refere a Metas da 2ª fase do ensino fundamental; e 0, ..., 23 se refere a Metas do ensino médio. Neste caso, na equação: i representa o município, UF, Brasil, rede de ensino ou escola; Ideb_{it} representa o valor do Ideb no ano t para determinado i; Ideb_{i0} representa o valor do Ideb inicial (t = 0) para determinado i, e γ_i representa o esforço individual (Inep, 2026b, p. 3).

Conforme assinalado sobre o aprofundamento da matematização estatística de fugir aos propósitos deste estudo, as Notas Técnicas apresentadas nas referências podem auxiliar no aprofundamento dos cálculos do Ideb. Nos gráficos de 1 ao 4, são apresentados o estudo acerca dos valores dos Indicadores Educacionais para os anos finais do ensino fundamental do município. No Gráfico 1 estão apresentados os valores do Indicador de Rendimento dos anos finais do ensino fundamental das redes municipal, estadual e pública do município.

Gráfico 1 – Indicadores de Rendimento dos Anos Finais de Ibirité – 2005 a 2023

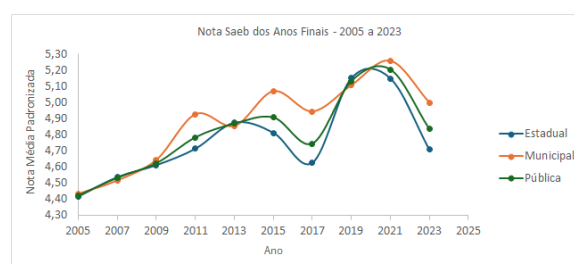


Fonte: elaborado pelo autor a partir de dados disponibilizados pelo Inep (2025).

Verifica-se por meio deste gráfico que o valor do Indicador de Rendimento municipal esteve abaixo dos outros dois valores de Indicador de Rendimento, estadual e público, apenas no ano de 2009. Em todos os outros períodos o valor de Indicador de Rendimento Municipal superou os outros dois. É uma evidência de que a rede municipal esteve à frente da estadual e pública no que se refere ao Indicador de Rendimento dos anos finais do ensino fundamental.

No Gráfico 2 estão apresentados os valores da Nota Saeb dos anos finais do ensino fundamental das redes municipal, estadual e pública do município.

Gráfico 2 – Notas Médias Padronizadas de Ibirité – 2005 a 2023

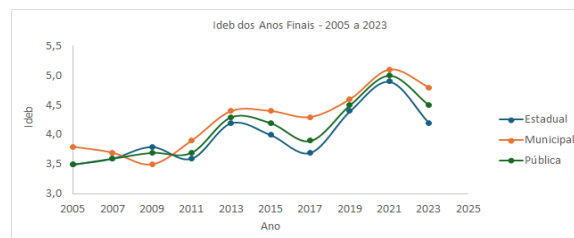


Fonte: elaborado pelo autor a partir de dados disponibilizados pelo Inep (2025).

Observa-se neste gráfico que os valores das Notas Médias Padronizadas mantiveram muito próximos uns dos outros de 2005 a 2009. Esse comportamento voltou a ocorrer nos anos de 2013 e 2019. Já em 2011, 2015, 2021 e 2023 o Nota Média Padronizada municipal superou as outras duas. São evidências de que a rede municipal tem adotado medidas que atendam às demandas educacionais no que se refere aos anos finais do ensino fundamental.

No Gráfico 3 estão apresentados os valores do Ideb dos anos finais das redes municipal, estadual e pública do município.

Gráfico 3 – Valores do Ideb dos Anos Finais de Ibirité – 2005 a 2023



Fonte: elaborado pelo autor a partir de dados disponibilizados pelo Inep (2025).

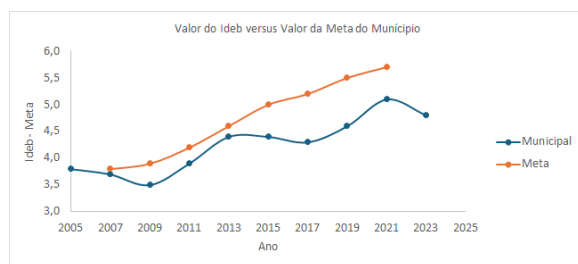
A partir dos dados e dos comportamentos das curvas apresentados nele, constata-se que os valores do Ideb municipal superaram os valores do Ideb estadual e público ao longo do 1º ciclo do Ideb, com a exceção do ano de 2009. Há oscilações ao longo do período,



embora a taxa de crescimento da rede municipal tenha prevalecido.

No Gráfico 4 estão apresentados os valores do Ideb dos anos finais e da Meta do 1º ciclo do Ideb para estes anos das redes municipal, estadual e pública do município.

Gráfico 4 – Valores do Ideb e das Metas do 1º ciclo do Ideb de Ibitiré – 2005 a 2023



Fonte: elaborado pelo autor a partir de dados disponibilizados pelo Inep (2025).

Para os anos finais, as Metas estabelecidas superaram os valores do Ideb municipal. O crescimento das Metas é linear de 2007 a 2021 e há oscilação no crescimento dos valores do Ideb municipal, porém é possível perceber que os Ideb permanecem abaixo das Metas estabelecidas no período considerado. Isso é possível devido aos parâmetros utilizados para os cálculos das Metas estabelecidas, conforme visto anteriormente.

CONCLUSÃO

As análises e as discussões realizadas neste estudo devem ir além dos números dos Indicadores Educacionais apresentados ao longo deste texto, como nos gráficos e tabelas, por exemplo. Consta-se que o investimento em educação vem “diminuindo” em termos proporcionais, no que se refere à atualização do câmbio, o que equivale à relação dos custos gerados para as escolas e o que é investido nelas. O retorno do investimento em educação pode estar caindo por conta do aumento da média de anos de estudo que vem ocorrendo no Brasil.

Ademais, os investimentos versus Índice de qualidade da educação, em relação ao Ideb, “[...] *regarding a country the size of Brazil, there is a need to accompany the educational networks more closely, since they have very different learning outcomes, although the investments per student are quite similar* (Moraes; Dias; Marinao, 2020, p. 27).⁴ Desse modo,

não se pode esperar do município uma boa atuação na melhoria da infraestrutura escolar, [...] se não houver uma alocação eficiente de recursos. Contar com uma boa

infraestrutura escolar e com um bom planejamento para tornar o investimento eficaz é crucial para a educação do Brasil (Vasconcelos, 2021, p. 892).

E é justamente diante dessas premissas que surge o questionamento que guiou este estudo: como se comportou o município de Ibitiré diante dos desafios estabelecidos pelas Metas ao longo do 1º ciclo do Ideb? Percebe-se que, pelas análises e discussão dos resultados e, diante dos desafios e fragilidades, foi possível a este município desempenhar ações que obtiveram resultados bem próximos aos das Metas estabelecidas para ele.

Dentro dessa problemática, foi possível atingir o principal objetivo deste estudo, que consistiu em investigar os valores do Ideb obtidos pelo município de Ibitiré/MG ao longo do 1º ciclo (2007-2021) comparando-os com as Metas estabelecidas para os anos finais do ensino fundamental desse município nesse 1º ciclo.

Por fim, considera-se que este estudo apresentou sua linha de contorno nos limites dos dados apresentados pelos órgãos, e no referencial teórico acerca dos assuntos tratados. Nesse sentido, dificuldades na comparação com outras fontes de dados nos períodos pertinentes, como as variáveis analisadas que não têm as mesmas conotações e são definidas de modo arbitrário conforme a conveniência do estudo, podem ser identificadas. Assim, estudos futuros poderiam aprofundar ou mesmo dar novas dimensões de análises pertinentes, como examinar e comparar Indicadores Educacionais de município similares. Além disso, realizar comparações com dados e informações mais recentes acerca do Ideb e as variáveis que compõem o cálculo de seu valor.

REFERÊNCIAS

- BAUER, Adriana; SOUSA, Sandra Maria Zakia Lian; HORTA NETO, João Luiz; VALLE, Raquel da Cunha; PIMENTA, Cláudia Oliveira. Iniciativas de avaliação do ensino fundamental em municípios brasileiros: mapeamento e tendências. **Revista Brasileira de Educação**, v. 22, n. 71, e227153. Rio de Janeiro/RJ, 2017. p. 1-19
- BONAMINO, Alicia; SOUSA, Sandra Zákia. Três gerações de avaliação da educação básica no Brasil: interfaces com o currículo da/na escola. **Educação e Pesquisa**, v. 38, n. 2. São Paulo/SP, abr./jun. 2012. p. 373-388
- BRASIL. Casa Civil. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Disponível em:

diferentes, embora os investimentos por aluno sejam bastante semelhantes.

⁴Tradução própria (livre). [...] em um país do tamanho do Brasil, é necessário acompanhar mais de perto as redes de ensino, pois elas têm resultados de aprendizagem muito



https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 15 jun. 2026.

BRASIL. Casa Civil. **Decreto nº 6.094, de 24 de abril de 2007**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6094.htm. Acesso em 12 jun. de 2026.

BRASIL. Presidência da República. **Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado**. Brasília/DF, 1995. p. 1-88. Disponível em: <https://www.biblioteca.presidencia.gov.br/publicacoes-oficiais/catalogo/fhc/plano-diretor-da-reforma-do-aparelho-do-estado-1995.pdf>. Acesso em 21 jun. 2026.

BÚRIGO, Elisabete Zardo. Escrutinando o Instrumento: em questão, as provas de Matemática do Sistema de Avaliação da Educação Básica. **Bolema**, v. 39, e240162. Rio Claro/ SP, 2025. p. 1-22

GALVÃO, Maria Cristiane Barbosa; PLUYE, Pierre; RICARTE, Ivan Luiz Marques. Métodos de pesquisa mistos e revisões de literatura mistas: conceitos, construção e critérios de avaliação. **InCID: Revista da Ciência da Informação e Documentação**, v. 8, n. 2. Ribeirão Preto/SP, set. 2017/fev. 2018. p. 4-24

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. **Histórico. Atualizado em 22/09/2023**. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/avaliacao-e-exames-educacionais/saeb/historico>. Acesso em: 16 jun. 2026.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e pesquisas Educacionais – Anísio Teixeira. **Índice de desenvolvimento da educação básica (Ideb): metas intermediárias para a sua trajetória no Brasil, estados, municípios e escolas**. Disponível em: https://download.inep.gov.br/educacao_basica/portal_ideb/o_que_sao_as metas/Artigo_projecoes.pdf. Acesso em: 17 jun. 2026.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e pesquisas Educacionais – Anísio Teixeira. **Metas. Atualizado em 15/10/2020**. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/ideb/metas>. Acesso em: 17 jun. 2026.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais – Anísio Teixeira. **Nota técnica: Metodologia utilizada para o estabelecimento das metas intermediárias para a trajetória do Ideb no Brasil, Estados, Municípios e Escolas**. Disponível em: https://download.inep.gov.br/educacao_basica/portal_ideb/o_que_sao_as metas/Nota_Tecnica_n2_metas

[_intermediarias_IDEB.pdf](#). Acesso em: 12 jun. de 2026.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais – Anísio Teixeira. **Nota Técnica nº 1 - Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – Ideb**. Disponível em: https://download.inep.gov.br/educacao_basica/portal_ideb/o_que_e_o_ideb/Nota_Tecnica_n1_concepcao_IDEB.pdf. Acesso em 16 jun. 2026.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais – Anísio Teixeira. **Nota Informativa do Ideb 2023**. Disponível em: https://download.inep.gov.br/ideb/nota_informativa_ideb_2023.pdf. Acesso em: 12 jun. 2026.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Relatório de resultados do Saeb 2021: contexto educacional e resultados em língua portuguesa e matemática para o 5º e 9º anos do ensino fundamental e séries finais do ensino médio**, v. 1. Brasília/DF, 2024.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais – Anísio Teixeira. **Resultados. Atualizado em 07/01/2025**. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/ideb/resultados>. Acesso em: 10 jun. 2026.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais – Anísio Teixeira. **Resumo Técnico: Resultados do índice de desenvolvimento da educação básica de 2019**. Brasília, 2021. Disponível em: https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/resultados_indice_desenvolvimento_educacao_basica_2019_resumo_tecnico.pdf. Acesso em: 15 jun. 2026.

JAMSHED, Shazia. Qualitative research method-interviewing and observation. **Journal of Basic and Clinical Pharmacy**, v. 5, Issue 4. Malaysia, 2014.

KHAN, Shahid Nawaz. Qualitative Research Method – Phenomenology. **Asian Social Science**, v. 10, n. 21. Monash/Australia, 2014. p. 298-310

MEC. Ministério da Educação. Portaria nº 931, de 21 de março de 2005. **Diário Oficial da União (DOU), nº 55, de 22 de março de 2005. Seção 1. Página: 17**. Disponível em: https://download.inep.gov.br/educacao_basica/prova_brasil_saeb/legislacao/Portaria931_NovoSaeb.pdf. Acesso em: 16 jun. 2026.

MEC. Ministério da Educação. Portaria nº 26, de 29 de janeiro de 2024. **Diário Oficial da União (DOU), 30/01/2024. Edição: 21. Seção: 1. Página: 10**.



Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-26-de-29-de-janeiro-de-2024-540345023>.
Acesso em: 12 jun. 2026.

MEC. Ministério da Educação. Portaria nº 231, de 17 de junho de 2024. **Diário Oficial da União (DOU)**, 18/06/2024. Edição: 115. Seção: 2. Página: 25.
Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-231-de-17-de-junho-de-2024-566241404>.
Acesso em: 12 jun. 2026.

MEC. Ministério da Educação. Portaria nº 264, de 13 de maio de 2025. **Diário Oficial da União (DOU)** de 19/05/2025. Edição: 92. Seção: 1. Página: 28.
Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-264-de-13-de-maio-de-2025-630103514>.
Acesso em: 15 jun. 2026.

MEC. Ministério da Educação. Portaria nº 435, de 3 de julho de 2025. **Diário Oficial da União (DOU)** de 21/10/2025. Edição: 201. Seção: 1. Página: 18.
Disponível em: https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-435-de-3-de-julho-de-2025-*-663695513.
Acesso em: 15 jun. 2026.

MORAES, Joysi; DIAS, Bruno Francisco Batista; MARIANO, Sandra Regina. Holanda. The effectiveness of public Investment in basic education in Brazil. **Revista Organizações em contexto**, v. 16, n. 31. São Bernardo do Campo/SP jan./jun. 2020.

VASCONCELOS, Joyciane Coelho; LIMA, Patrícia Verônica Pinheiro Sales; ROCHA, Leonardo Andrade; KHAN, Ahmad Saeed. Infraestrutura escolar e investimentos públicos em Educação no Brasil: a importância para o desempenho educacional. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, v. 29, n. 113. Rio de Janeiro/RJ, out./dez. 2021. p. 874-898

VITELLI, Ricardo Ferreira; FRITSCH, Rosangela; CORSETTI Berenice. Indicadores educacionais na avaliação da educação básica e possíveis impactos em escolas de Ensino Médio no município de Porto Alegre, Rio Grande do Sul. **Revista Brasileira de Educação**, v. 23 e230065. Rio de Janeiro/RJ, 2018. p. 1-25